

Comissão Mista restringe representação para o DF

23 JUN 1984

JORNAL DE BRASÍLIA

Elizete

As eleições para Deputados Federais em Brasília estão, a princípio, garantidas. Como estava previsto, foi aprovado ontem, na última reunião da Comissão Mista que examina a emenda Figueiredo, o parecer do relator, senador Aderbal Jurema, que restringe a representação política para o Distrito Federal a nível de Câmara.

Mas existe ainda a possibilidade de se conseguir ampliar a representação também para o Senado. No dia 27, quando a emenda Figueiredo for a plenário para ser votada, assim como o parecer do relator, serão pedidos destaques para as subemendas que propõem também representação a nível de Senado. Essa pode ser a última esperança do brasiliense. Depois, é acreditar na estratégia dos partidos de oposição que prometem intensificar o trabalho de mobilização popular e até às vésperas das eleições de 1986 conseguir modificar esse quadro.

Pássaro voando

Na agitada reunião da Comissão Mista, o parecer do relator sobre a representação na capital suscitou polémica entre os parlamentares. O senador Marcondes Gadelha (PD-S-PB) que apresentou uma subemenda à emenda Figueiredo propondo eleições para Deputado Federal e Senador, votou a favor do parecer do relator. Ele explicou a sua aparente contradição. Antes de se posicionar, Marcondes Gadelha enfatizou a necessidade de Brasília eleger os seus representantes, principalmente a nível de Senado.

Disse, porém, que votaria de acordo com o seu partido por considerar que mais importante era a aprovação da emenda Figueiredo, de grande significação dentro do atual quadro político do país. Acrescentou ainda que, ao votar favorável ao parecer do relator, estaria garantindo pelo menos a representação do DF, a nível de Câmara. "É preferível um pássaro na mão, do que dois voando", afirmou o senador.

Ele acredita que há grandes pos-

sibilidades de se obter, no dia da votação da emenda Figueiredo, a aprovação das subemendas que ampliam a representação também para o Senado. Gadelha garantiu que votará a favor das subemendas "seja de que autoria for".

A polémica foi acirrada quando o deputado Múcio Athaide (PMDB-RO) autor de uma subemenda propondo representação política para o DF em vários níveis, acusou o Senador Marcondes Gadelha e cobrou uma posição mais definida do parlamentar. De acordo com o deputado, o senador deveria votar contra o parecer do relator para ser coerente com a sua proposta de representação.

O relator da emenda Figueiredo, Aderbal Jurema, não se convenceu com os argumentos apresentados pelos parlamentares e sustentou o seu parecer restringindo a representação apenas na Câmara. Na oposição, os parlamentares lembravam que esta era mais uma manobra do PDS, que certamente não se interessa por este tipo de pleito, já que dificilmente elegerão qualquer senador por Brasília.

Luta dupla

A luta política que se trava hoje em todo o País com a população propugnando pelo direito de eleger o presidente da República é para o brasiliense uma luta dupla. Ao mesmo tempo em que ele se engaja na campanha pelas diretas-já, também participa de outra luta: "Brasília quer votar".

Com a criação de Brasília, o então presidente Juscelino Kubistchek, com seu espírito democrático e largo descortínio, submeceu ao Congresso Nacional, em 1960, o projeto que se converteu em lei criando a Câmara dos Vereadores do Distrito Federal, que seria integrada por 20 membros. No ano seguinte, 1961, o Congresso Nacional ampliava a representação política do DF — aprovando outra proposta de JK — com três cadeiras no Senado Federal.

Em 1967 todas essas conquistas foram anuladas, frustrando o direito de voto ao brasiliense.